

# Uma visão histórica da educação feminina no final do século XIX e início do XX

Maria Alzira da Cruz Colombo\*

## Um estudo comparativo: a evolução da educação feminina na França e no Brasil

A vinda das congregações religiosas femininas francesas para o Brasil a partir do século XIX correspondeu a um processo histórico que somente agora começa a ser mais estudado, tanto na França como no Brasil. No entanto, tal processo deveria ser considerado com mais destaque, na medida em que tem importância primordial para a compreensão da história feminina em ambos os países, desde os fins do século XIX até a primeira metade do século XX.

### A evolução da educação das jovens na França

Até o século XIX, como diz Mayeur (1995, p. 121) “[...] as jovens permanecem em casa ou vão para a casa das irmãs” já que o contexto econômico-social decorrente do mundo de trabalho e das despesas considerava a instrução das jovens como algo inútil e muito dispendioso. Mayeur acrescenta que o ensino dispensado às jovens não tem sido até hoje, atraído eficazmente pela atenção dos pesquisadores. Na verdade, o ensino dispensado às moças no final do século XIX segue a visão católica, já que há um consenso da sociedade francesa da 3a. República (1870-1914), de que as jovens, qualquer que seja o meio a que pertençam, foram feitas para o lar, para a casa, para seu esposo e para os filhos que viriam. Ela recebe, portanto, uma educação adaptada ao seu destino.

Os programas de estudo femininos incluíam trabalhos de agulha e trabalhos mais leves, despojados de latim, grego, filosóficos e mais literários do que científicos.

---

\* Pesquisadora dos grupos de estudos GEHER (Grupo de História de Educação e Religião) e GEHIPE (Grupo de Estudos da História das ideias Pedagógicas) da Faculdade de Educação da USP. Mestre em Ciência da Religião (PUC-SP-2018) e Doutoranda em Filosofia e História da Educação pela Faculdade de Educação da USP.

E-mail: maria.alzira@gmail.com

O sistema educativo na França permaneceu durante grande parte do século XIX estritamente dividido em classes sociais. O ensino secundário era acessível apenas à burguesia, uma pequena porcentagem da população. Ele era diferenciado também de acordo com os sexos. O sistema disponibilizava aos rapazes uma variedade de estabelecimentos (particulares e públicos) que davam acesso à universidade e os preparavam para as profissões liberais. As jovens por sua vez, eram educadas para se tornarem boas donas de casa, com aulas de costura, lições de música, com destaque para o piano, a harpa e o canto.

As religiosas sempre exerceram uma influência sociocultural muito especial porque o ensino ministrado por elas reveste-se de uma dimensão missionária. Elas possuem, naturalmente, certo nível de respeitabilidade que não encontra semelhanças entre as mestras leigas. No entanto, o processo político republicano, iria por sua vez, ao condenar as escolas de orientação religiosa e valorizar o ensino leigo, disseminar uma visão negativa das professoras religiosas, ao considerá-las ignorantes, retrógradas e dependentes de um clero diretor masculino.

As constituições e regulamentos que regiam o comportamento das congregações religiosas destacavam que as irmãs deveriam ser modelos de virtude cristã. Assim sendo, ao ingressar nas congregações de ensino, exigia-se daquelas que iniciavam o noviciado um nascimento legítimo, uma boa saúde, uma relativa juventude e um mínimo de educação. A maioria das congregações não descuidava do teste da vocação religiosa de suas candidatas, revestindo-as de responsabilidades crescentes. No decorrer do século houve uma democratização gradativa do recrutamento, com a adesão de moças vindas do meio rural.

Na segunda metade do século XIX, as congregações chegam a publicar uma constituição sobre a linha de conduta que dirige os estabelecimentos de ensino católico. Em 1869, a maioria das religiosas das congregações de ensino já possuía algum diploma. As demais eram encorajadas a obtê-los, embora oferecessem certa resistência em realizar provas diante de bancas masculinas.

Na primeira metade do século XIX, os pensionatos laicos eram mais numerosos que os religiosos no cenário urbano francês, embora os institutos mantidos pelas congregações desfrutassem de construções mais belas e espaçosas. Além disso, eles ofereciam um clima favorável às professoras religiosas, uma vez que após a Revolução, ainda havia uma associação estreita entre a religião e as mulheres. Nessa época, as Irmãs que ensinavam nos pensionatos católicos não tinham necessidade de provar suas qualificações para exercer a profissão de professora.

Nos primeiros pensionatos, a instrução limitava-se à escrita e leitura, Aritmética, Literatura Francesa, História e Geografia. Consta que também havia lugar para as noções básicas de Ciências, além do estudo da Mitologia. As primeiras instituições religiosas não recebiam apoio financeiro do Estado, excetuando-se a *Maison d'Éducation da Legion d'Honneur*.

Os pensionatos religiosos acabam predominando na França, na segunda metade do século XIX, representando 2/3 do conjunto total das escolas do país, ou seja, 2.338 de 3.480 escolas (COLOMBO, 2013). Como já se sugeriu acima, a arquitetura das escolas religiosas era um elemento de atração para as famílias. Mais opulenta e com espaçosos ambientes e vastos jardins, contrastava com as instituições leigas de salas estreitas e ambientes austeros.

Em Paris, no entanto, os estabelecimentos religiosos eram menos numerosos que os laicos, embora esses últimos, mais efêmeros, se concentrassem nos bairros de maior influência burguesa, como os *VIIIème, XVIème e XVIIème arrondissements*.

Em 1855, pesquisas já indicavam o crescimento dos pensionatos como, por exemplo, as *Dames de La Mère de Dieu* que possuíam 64 pensionatos, a *Congrégation de L'Assomption* que possuía 62 e *L'Abbaye – aux-Bois* que tinha 52 estabelecimentos. A Lei Falloux de 16 de março de 1859, ao reconhecer a liberdade do ensino secundário católico, favoreceu ainda mais o aumento da rede de colégios cristãos.

Paul Gérbord (1968) confirma que essas escolas foram beneficiadas pela recristianização já solicitada em 1848 pela crescente burguesia. A ordem moral e a reputação de certas casas contribuíram para esse sucesso da educação católica. Esses estabelecimentos dividiam-se em inúmeras categorias, desde os pequenos seminários até escolas livres, abertas conforme os critérios da Lei Falloux, e que assumiam denominações diversas: *école, collège, institution, institut*. Outro subgrupo era formado pelos estabelecimentos consagrados ao recrutamento sacerdotal e religioso.

Em 1872, cria-se, na França, a *Alliance des Maisons d'éducation chrétienne*, que reúne casas eclesiásticas, pequenos seminários e passa a recolher, gradativamente, adesões da Suíça, da Bélgica, da Inglaterra, da Espanha, do Canadá e do Principado de Mônaco.

Em 1841, o diretor do pensionato dos *Frères des Écoles Christiennes*, de Béziers, publicava um manifesto intitulado, “*La formation de l'homme tout entier*”, em favor de uma educação integral, visando cultivar a inteligência à educação moral, à cultura da alma, à educação física, ou seja, tendo por objetivo “fazer o homem são de corpo, de

espírito e de coração”. Seria necessário dar às crianças perspectivas morais e incitá-las a uma vida religiosa autêntica.

Segundo o pensamento da época, a sociedade não pode ser salva senão pela educação religiosa. É preciso favorecer a prática de obras sociais nos estabelecimentos de ensino, fomentando a necessidade de uma ordem social cristã, por meio do catecismo, das reuniões de antigos alunos, de grupos de estudos e de reencontros. Essa prática das obras sociais será apoiada pela frequência assídua aos sacramentos, pela prece e por um sólido aprendizado religioso.

Em geral, as taxas de pensão anuais dos estabelecimentos variavam entre 400 e 1.000 francos, enquanto que as dos estabelecimentos leigos variavam de 650 a 1.200 francos. Essas taxas vinculavam-se ao tipo de clientela, e podemos dizer que os estabelecimentos religiosos mais elitistas, como o pensionato do *Sacré Coeur de Jésus*, alinhavam-se aos estabelecimentos leigos mais caros da cidade.

## O processo de laicização do ensino na França

A visão anteriormente exposta não deixava de estar sujeita a críticas no contexto de uma nação republicana com forte anticlericalismo político. Pensava-se que a educação deveria estar nas mãos do Estado e não do clero. Acusavam-se os professores e professoras religiosas de desenvolver nas crianças um sentimentalismo religioso sem consistência, a passividade e a disciplina rígida privando os jovens do desenvolvimento de um espírito crítico e de iniciativa, alicerçado no conhecimento da ciência moderna. Na realidade, segundo René Rémond (1976), a educação da juventude era um tema-contexto de uma nação republicana com forte anticlericalismo político. A questão não se limitava apenas a uma luta política propriamente dita, mas uma luta de poder entre os burgueses e a Igreja Católica, numa crítica dos primeiros sobre o poder material e intelectual dessa instituição.

O processo de laicização do ensino na França percorreu um longo caminho. As controvérsias foram acirradas, em primeiro lugar, a partir de uma política de secularização dos estabelecimentos de 1902, mas, sobretudo, a partir da lei de 7 de julho de 1904 – quando Émile Combes, Ministro do Interior e dos Cultos, fez votar uma lei que proibia o ensino de qualquer ordem e de qualquer natureza aos membros das congregações religiosas. A partir de então, os tempos se tornaram difíceis para os professores religiosos e os levaram a optar por outras saídas, como a secularização, ou a partida em exílio para outros países e continentes.

A secularização foi todo um processo que prolongou durante todo o final do século XIX, afetando hospitais, funerais e escolas, mas foi especificamente no terreno escolar que a luta foi mais viva, em razão da importância que os franceses davam à escola e àqueles a quem ela é confiada.

Mirabeau escreveu, em 1820, “São os professores da juventude que conduzem as nações à liberdade ou as precipitam na escravidão”<sup>1</sup> (tradução nossa).

As leis escolares tornam-se patrimônio inatingível dos republicanos que, em 1900, dedicam um grande esforço financeiro ao estabelecimento de um serviço público de educação: o orçamento da instrução pública ultrapassa os cem milhões de francos. Se o programa de alfabetização dos franceses já era considerado satisfatório com as escolas normais e superiores preparando efetivamente os professores para o ensino público laicizado, os deveres relativos a Deus e à história religiosa seriam concentrados num único dia livre, destinado apenas à instrução religiosa e fora dos locais escolares.

A lei de 9 de dezembro de 1905 vem finalmente separar a Igreja do Estado, completando o longo processo de laicização na história da França.

A Terceira República passou a ser conhecida como a “Belle Époque” da república dos professores. Era preciso formar cidadãos. Nesse sentido, nem as meninas foram esquecidas, mas convidadas pela Lei Ferry à escola leiga, obrigatória e gratuita, desde 1882, embora os colégios criados para as meninas pela Lei Sée, de 1880, propusessem um ensino diferente para meninos e meninas, onde elas não precisariam aprender matérias indispensáveis para o *Baccalauréat* como Latim, Grego e Filosofia, já que a preocupação não era transformar as jovens em mulheres sábias, mas formar as mães dos cidadãos.

O “*Baccalaeuérat*” feminino foi estabelecido somente em 1919; e, em 1938, suprimiu-se a incapacidade civil das mulheres na França, quando elas obtiveram a possibilidade de matricular-se nas universidades, sem autorização dos maridos.

Daí por diante as conquistas pela igualdade de ensino se estabeleceriam apenas com a lei de 1975, que tornaria obrigatória a co-educação nos estabelecimentos de ensino primário e secundário públicos e se confirmam em 1989, ao abranger os estabelecimentos de ensino superior.

---

<sup>1</sup> “Ce sont les instituteurs de la jeunesse qui font marcher les nations à la liberté ou les précipitent en esclavage”.

## A evolução da educação feminina no Brasil

Pode-se dizer que a vida rural predominava no Brasil até os inícios do século XIX. A família brasileira, até então, habitava a chamada “casa-grande” que era dirigida pelo patriarca com grande poder sobre todos: esposa, filhos, agregados e escravos.

Somente a partir de meados do século XIX, os efeitos do progresso científico e tecnológico europeu se fizeram sentir entre nós, por meio do esforço modernizador das elites brasileiras. Assim, somente no final do século, podemos afirmar que a cidade iria deixar de ser um apêndice do mundo rural, simples passagem de viajantes, ou moradia de pessoas sem ocupação determinada que vivesse de uma atividade comercial ou artesanal bastante restrita.

No entanto, apesar da aparente semelhança entre as épocas colonial e imperial, o cenário brasileiro iria modificar-se, diversificando-se com as novas forças sociais e econômicas que surgiram do surto industrial e da urbanização depois de 1850. O Sudeste adquire então um perfil inovador, com uma população crescente e diferenciada devido ao fluxo imigratório europeu. Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais desenvolvem-se com a dinamização da cafeicultura, que passa a ajustar a nossa economia ao mercado internacional.

Assim como na França, até meados do século XIX, não havia entre as famílias uma preocupação com a educação escolarizada para as mulheres. Confirmação de vários viajantes do exterior que visitaram o Brasil, como Auguste de Saint-Hilaire e outros, mencionados por Fernando de Azevedo (1997).

A primeira legislação relativa à educação feminina surgiria apenas em 1827, que passou a exigir “escolas das primeiras letras” exclusivamente para meninas nos municípios mais populosos. As meninas tiveram acesso ao ensino básico das quatro operações matemáticas, leitura e escrita, e aulas de costura e bordado, enquanto os meninos tinham acesso às demais disciplinas mais “científicas”, como a Geometria. Porém, tais estabelecimentos deixavam a desejar, tanto por seu número insuficiente, quanto pela qualidade do ensino ministrado. Visto que as mestras eram obrigatoriamente do sexo feminino, deduz-se que eram insuficientemente preparadas.

Na França, como vimos a situação não fora muito diversa, pois a criação da primeira escola primária feminina data de 1836; e somente a Lei Falloux, de 1850, introduz a obrigatoriedade de frequência à escola para as jovens em todos os distritos de mais de 800 habitantes.

Para Ana Cristina Pereira Lage (2007), somente a partir de 1834, os governos provinciais passaram a cuidar da educação primária e secundária, porém não tinha recursos e seus investimentos foram sempre precários, principalmente em relação ao ensino secundário.

O objetivo era educar as jovens para serem esposas habilidosas, mães dedicadas e boas orientadoras na educação dos filhos. Instruir, de fato, não era meta nem da sociedade brasileira, acentuadamente rural e de caráter escravocrata, mas paradoxalmente dita liberal. Liberal em alguns aspectos políticos, mas conservadora e retrógrada no que se referia à educação das mulheres, que deveria ser feita não em função de seus próprios anseios ou necessidades, mas de seu papel social de educadoras dos filhos. A linguagem republicana retomava esse tema, atribuindo-lhes a função de formadora dos futuros cidadãos, segundo Guacira Lopes Louro (2006).

“A educação reforçava a ordem patriarcal, estamental e colonial, em que os meninos estudavam e as meninas, além das primeiras letras, dedicavam-se às tarefas e aos afazeres femininos, incluindo a reza”, como bem salienta Mary del Priore (2006, grifo nosso).

Certas mulheres de família rica tinham preceptores em casa, mas as sem dote eram colocadas no convento. Entretanto, muitas também passariam a manter escolas no próprio espaço privado, ensinando leitura, música, corte e costura. Posteriormente, as escolas confessionais surgiram com a vinda das primeiras religiosas francesas, a partir da segunda metade do século XIX – confirmando a admiração pela cultura francesa que passou a ser modelo para a sociedade brasileira.

A influência da cultura francesa e dos princípios liberais que norteavam a política e as sociedades dos países desenvolvidos europeus, notadamente no final do século XIX, veio abrir os olhos da elite patriarcal brasileira. Não era possível manter as mulheres ignorantes, sabendo, apenas, cuidar da casa e dos filhos; era preciso que elas soubessem ler, escrever e saber o que se passava além dos limites da esfera doméstica para poder pelo menos conversar com os filhos.

## Os primeiros colégios religiosos para as jovens brasileiras

No Brasil, a partir de 1850, com a abolição do tráfico negreiro, iniciou-se um período de profundas transformações econômicas e sociais com consequências decisivas no processo político, na mentalidade e na cultura nacionais. A população brasileira quadruplicou da Independência até 1880, atingindo 14 milhões de

habitantes. Em consequência de tal fato houve a urbanização, o incremento da industrialização, das ferrovias e dos transportes em geral.

Um clima de otimismo se espalhava por quase todo mundo: as perspectivas de desenvolvimento econômico e científico pareciam infundas, principalmente nos países industrializados onde a prosperidade parecia beneficiar a todos. O Brasil virou o século como o maior produtor mundial de café e borracha.

Foi nesse cenário de prosperidade que surgiram e cresceram as escolas para as moças e meninas nas principais capitais do país, especialmente na região Sudeste. Elas foram criadas pelas ordens religiosas europeias, especialmente as de origem francesa.

Em 1849, as irmãs de Caridade que acompanhavam os lazaristas franceses fundaram o Colégio Providência, em Mariana.

A política de instalação das congregações católicas europeias no Brasil fazia parte das intenções da Igreja Católica, que desejava atrair o governo republicano recém-instalado para a fundação de institutos de ensino primário e secundário confessionais nas capitais e nas grandes cidades. Tal hegemonia atingiu seu apogeu no século XIX.

A educação feminina se tornou, assim, objeto de atenção das ordens religiosas europeias, havendo mesmo uma convergência entre as necessidades e desejos das elites brasileiras e a vinda das religiosas.

Neste contexto pioneiro, destaca-se igualmente as Irmãs de Chambéry (1858) que fundaram o Colégio do Patrocínio, em Itu e várias filiais em Campinas, Taubaté, Franca, Piracicaba, Jaú e São Paulo. No final do século, as Irmãs Dominicanas do Santíssimo Rosário, que fundaram o Colégio Nossa Senhora das Dores em Uberaba (MG), em 1885, e o Colégio Santana, em 1889, na cidade de Goiás (GO). Em 1867 registrou-se a presença das Irmãs de Santa Doroteia, de origem italiana, inicialmente em Pernambuco e posteriormente em São Paulo. Em 1888, chegaram as primeiras religiosas de Sion, que se instalaram na cidade do Rio de Janeiro e depois se espalharam por Petrópolis (RJ), Juiz de Fora (MG), Campanha (MG), São Paulo (SP) e Curitiba (PR).

Mais tarde, no início do século XX, chegam outras congregações prestigiosas, como a de *Sacré Coeur de Jésus* (1905) e do *Sacré Coeur de Marie* (1911). Ambas fundaram colégios no Rio de Janeiro. Um grande número de ordens religiosas priorizava as capitais dos estados e as grandes cidades, como Rio de Janeiro e São

Paulo. Também no início do século, chegaram as Irmãs de Santo Agostinho, que fundaram o Colégio *Notre Dame des Oiseaux*, e as Irmãs Salesianas que fundaram o Colégio Santa Inês. Ambas as ordens iniciaram suas obras em São Paulo no ano de 1907.

A partir de 1891, intensifica-se a vinda de religiosas estrangeiras, em sua maioria, francesas e italianas. Entre 1872 e 1920, cinquenta e oito congregações europeias se estabelecem em terras brasileiras; outras 19 também são fundadas no Brasil por essa época. O trabalho educativo nos colégios, o cuidado com os doentes, com crianças e com velhos em orfanatos e asilos constituirão suas principais atividades. [...] Na segunda metade do século XIX, religiosos e religiosas detinham praticamente o monopólio da educação no Brasil (NUNES, 2006, p. 492).

Nesse período, portanto, muitas ordens religiosas de origem italiana e alemã somaram-se às de origem francesa na fundação de colégios para jovens. A educação cosmopolita, associada à ordem e à disciplina, constituía um dos aspectos mais importantes que estimulavam as famílias.

Os rígidos padrões do ensino europeu, tanto morais quanto culturais, lançaram as bases do prestígio que as ordens religiosas passaram a usufruir no Brasil, no final do século XIX e início do século XX.

Os colégios das religiosas tinham diferentes regimes de funcionamento, como internatos, principalmente para as filhas das elites; semi-internatos, para as meninas de classe média; e externatos, para as jovens de classes mais simples. Muitas vezes, o mesmo estabelecimento reunia esses três regimes.

Para as classes pobres, assinala Guacira Lopes Louro no seu artigo *Mulheres na sala de aula* (2006), “[...] algumas ordens religiosas femininas dedicaram-se especialmente à educação das meninas órfãs” (p. 444).

A oficialização dos colégios católicos, nas primeiras décadas do século XX, aproximou gradativamente a educação católica da realidade brasileira, quando esses estabelecimentos passaram a contribuir para as comemorações cívicas previstas pelo governo. Até a década de 1930, as estatísticas indicam o predomínio das escolas católicas no ensino secundário.

É interessante lembrar que a concorrência com o aparecimento dos primeiros colégios protestantes, por ocasião da imigração alemã no final do século, estimulou a abertura de estabelecimentos católicos.

A educação católica tanto para os jovens como para as moças visava a formação da classe dirigente do país. Por isso, a maioria dos colégios destinava-se tanto aos filhos da tradicional aristocracia rural como da burguesia emergente.

Entre os principais aspectos que caracterizaram a educação nesse período, podem ser assinalados: a tônica espiritual, o rigor moral, a militarização e o caráter autoritário da educação, a seriedade disciplinar e a qualidade do ensino, bem como uma abertura para a educação artística e esportiva. A qualidade do ensino ministrado nos colégios dirigidos por padres, freiras e irmãos religiosos é o motivo do grande êxito da educação católica nesse período e a multiplicação de estabelecimentos católicos nas diversas regiões do país, mesmo em cidades interioranas.

Paralelamente ao desenvolvimento de colégios católicos, surgem as primeiras escolas para a formação de professoras, as Escolas Normais, que se desenvolveram diante da necessidade crescente de professores e professoras, mas que, no decorrer dos anos, transformaram o magistério em uma carreira mais procurada pelas moças.

Mas a feminização do magistério correspondeu a um fenômeno que evoluiu lentamente. “Vale lembrar que a atividade docente, no Brasil, como em muitas outras sociedades, havia sido iniciada por homens — aqui por religiosos, especialmente jesuítas, no período compreendido entre 1549 e 1759” (LOURO, 2006, p. 449).

Essa preferência feminina para a carreira do magistério justifica-se, historicamente, pelo caráter de proximidade com a vigilância, a maternidade, a ajuda e o carinho, virtudes tradicionalmente atribuídas às mulheres pela cultura e pela tradição cristã.

Nesse sentido, também se destaca a enfermagem como atividade profissional feminina, por seu caráter similar que não afastaria as mulheres da função de construtoras da família e dos cidadãos. Trabalhadoras honestas e organizadas, elas eram capazes de criar lares bem estruturados, não se deixando levar para atrativos e vicissitudes do meio exterior.

O casamento e a maternidade continuavam de fato a ser o objetivo e a carreira principal das jovens. Lima Barreto escreve em *Policarpo Quaresma* (1998):

Desde menina, ouvia a mamãe dizer: ‘Aprenda a fazer isso, porque quando você se casar’... ou senão ‘Você precisa aprender a pregar botões, porque quando você se casar...’. A todo instante e a toda hora, lá vinha aquele — e a menina foi se convencendo de que toda a existência só tendia para o casamento. A instrução, as satisfações íntimas, a alegria, tudo isso era inútil; a vida se resumia numa coisa: casar.

## O advento da República e seus efeitos na educação feminina brasileira

A proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, separou o Estado da Igreja e aboliu o padroado. Separada do poder civil, a Igreja iria aliar-se à burguesia agrária, que, embora não fosse uma classe essencialmente católica, iria colocar suas filhas nas escolas das freiras, distante do feminismo e das influências da modernidade como bem indica Ivan Manoel no seu livro *A Igreja e a educação feminina* (1996).

É necessário salientar mais uma vez que, embora a oligarquia cafeeira sentisse os ares do liberalismo na política, permaneceria conservadora com relação à educação feminina.

Gradativamente, no decorrer do período republicano, os colégios católicos aproximaram-se do poder político, visando o apoio e o reconhecimento de seus estabelecimentos. Para isso adequaram-se aos currículos oficiais, interessavam-se que seus alunos ou alunas ingressassem nos cursos superiores e passaram a preocupar-se com a identidade nacional, com participação em celebrações cívicas e festas nacionais.

O caráter leigo do novo regime não afastou e nem criou hostilidades para com o clero, ao contrário, reaproximou a Igreja do Estado a partir da Lei nº 1.092, de 12 de outubro de 1929 – quando foi restabelecido o ensino religioso nas escolas públicas, por exemplo. Após a Revolução de 1930, o governo liberou verbas públicas para as obras sociais da Igreja e admitiu a introdução do nome de Deus no prólogo da Constituição.

Em relação à educação das meninas, nada mudou: permanecia ainda a ideia de que a mulher fora criada para a esfera doméstica (vida no lar, zelo pela família e preservação do casamento). “Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhe ministra prepará-la conscientemente para esta grave missão” (SCHARSTZMANN, BOMENY e COSTA, 2000, p. 123).

Pouca coisa mudaria em relação à família burguesa, como mostra o livro *Amar, verbo intransitivo*, de Mario de Andrade. Em casa, os membros de uma família não conversam senão coisas banais, e o chefe de família é sempre quem determina os objetivos a seguir, escondendo, mesmo da mulher, as mudanças que devem acontecer, como, por exemplo, a contratação de uma governanta para orientar o filho mais velho sobre os segredos do amor e do sexo. Mais uma vez a vida e as emoções são praticamente manipuladas, para que a vida familiar prossiga calma e controlada.

Na década seguinte, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 9 de abril de 1942, vai preconizar a adoção do ensino único, mas com muitas “recomendações para o tratamento diferencial entre os jovens e as moças”:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimento de ensino de exclusiva frequência feminina; 2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentado por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dado especial autorização do Ministério da Educação; 3. Incluir-se-á na 3ª e na 4ª séries do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico a disciplina de economia doméstica; 4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar.

A disciplina Economia Doméstica era cultivada principalmente nas escolas religiosas. Continha noções básicas de nutrição, saúde, higiene, enfermagem e “administração doméstica”, visando o preparo da mulher como companheira do chefe de família, dedicada ao cuidado dos filhos da casa.

As escolas religiosas multiplicavam-se apesar dessas restrições à modernidade, tanto nos grandes centros como nas cidades pequenas, atendendo principalmente as meninas. A diversificação ocorrerá um pouco mais tarde, por meio da adoção de novas atitudes, como a presença de professores leigos, e o atendimento a uma clientela mais pobre, em estabelecimentos separados, ampliando, assim, a influência do ensino católico no país.

A década de 1940 marcaria, dessa forma, um momento significativo do fortalecimento da educação católica no Brasil. A partir desse período, as ordens religiosas, devido ao próprio desenvolvimento, aos recursos advindos das suas obras, das doações de particulares, de incentivos governamentais do não pagamento de impostos e de benefícios suplementares, conseguiram suporte financeiro para desenvolver seus projetos próprios.

No entanto, na segunda metade do século XX, mudanças internas na Igreja Católica viriam trazer um processo de renovação na forma de viver das religiosas tanto nos conventos como nos colégios e demais setores assistenciais.

A realização do Concílio Vaticano II, nos anos 1960, passou a considerar ultrapassados os sistemas rígidos na estrutura e organização das congregações.

A Igreja passou então a incentivar uma adaptação aos novos tempos, trazendo novas proposições pastorais. Era preciso “inserir-se no mundo” e influenciar a sociedade com base nos ideais.

Assistimos à mudança da veste religiosa – o hábito – por roupas comuns, além da separação do local de residência e de trabalho. As religiosas passaram a morar em pequenas casas, ou apartamentos, diferentemente do modelo tradicional da vida religiosa. [...] princípios religiosos considerados, agora, ultrapassados, como o ‘esquecimento de si’, foram substituídos pelo atendimento às necessidades individuais e o respeito às decisões pessoais (NUNES, 2006).

Como consequência, houve maior exigência profissional das freiras e o acúmulo de mudanças provocou, entretanto, a partir de 1963, um menor número de membros em quase todos os estabelecimentos religiosos do Brasil.

Nesse período, a ampliação do número de escolas das redes oficial e privada, diante da demanda por novos modelos de atividades que a economia capitalista passou a desenvolver no país. A concorrência se instala e passa a oferecer novos desafios às escolas do país, especialmente no estado de São Paulo.

Podemos concluir que essas novas dimensões da vida religiosa ampliaram a capacitação profissional das freiras e lhes abriram novas formas de atuação social por meio de planos integrados de trabalho pastoral. Finalmente, todas essas mudanças podem e devem ser consideradas positivas, uma vez que as próprias religiosas assumem atualmente novos papéis numa sociedade contemporânea em constante mudança.

## Considerações finais

Quando se fala em educação feminina no século XIX, tanto na França como no Brasil, são as Irmãs, ou melhor, as mestras religiosas, que povoam o imaginário francês e brasileiro, apesar das primeiras letras terem sido geralmente ensinadas por professoras laicas. As Irmãs sempre exerceram uma influência sociocultural especial, porque o ensino ministrado por elas se revestia de um caráter missionário. O projeto educativo das religiosas era dar à sociedade mulheres cristãs e devotas. “As professoras formavam o coração e o espírito das alunas, davam-lhes amor à verdade e ao bem” [fala do Arcebispo da Notre Dame de la Compassion de Toulouse] (MEYER, 1995).

## Referências

AZEVEDO, F. de. **A Cultura Brasileira**. Brasília: UNB, 1997.

BARRETO, L. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

COLOMBO, M. A. da C. **SION da Belle Époque aos nossos dias**. São Paulo: Colégio Nossa Senhora de Sion, 2013

DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

LAGE, A. C. P. **Escolas Confessionais femininas na segunda metade do século XIX e início do XX: um estudo acerca do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha (MG)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

LOURO, G. L. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MANOEL, I. A. **Igreja e Educação Feminina (1859-1919)**. Uma Face do Conservadorismo. São Paulo: UNESP, 1996.

MAYEUR, F. La formation des institutrices avant La Loi Paul Bert: Les Cours normaux. In: **L'Enseignement catholique en France aux XIXe et XXe siècles**. Sous la direction de Gérard Cholvy et Nadine-Josette Chaline. Paris: Les Éditions du Cerf, 1995.

MEYER, J. C. La Congrégation de Notre Dame de la Compassion. In: **L'Enseignement Catholique en France aux XIXe et XXe siècles**. Paris: Editions du Cerf, 1995.

MIRABEAU, H.-G. R. Discours sur l'Éducation National. In: **Discours et Opinions de Mirabeau**. Paris: Kleffet et Aug. Caunes Éditeurs, 1820. v 3.

NUNES, J. R. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RÉMOND, R. **L'Anticléricalisme en France** (de 1815 a nos jours). Paris: Fayard, 1976.

SCHARSTZMANN, S.; BOMENY, H.; COSTA, V. R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.